

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária do 2º Período Ordinário da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano dois mil e dezessete, no Plenário Lucelindo Farias Tavares da Câmara Municipal de Oriximiná, sob a Presidência do vereador Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Ivalter Barbosa Cardoso Filho, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Francisco Azevedo Pereira, Raimundo Tomé de Oliveira Wanzeler, Rafael Tavares Costa, Carmela Lucia Teixeira da Costa, Manoel José da Cruz Malcher, Joseane de Oliveira Seixas, Edivaldo Jorge Castro de Souza, Marta Monteiro Godinho Joanyr da Rocha Estumano e Marcelo Augusto Andrade Sarubbi. Ausente o vereador: José Maria Calderaro Filho, com ausência justificada por se encontrar devidamente licenciado. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando ao 2º secretário que procedesse a leitura da Ata da última Sessão realizada na Casa, a qual lida submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Requerimento do vereador Francisco Azevedo, pede que seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal solicitando a construção de um barracão comunitário, uma Unidade Básica de Saúde e a aquisição de um grupo gerador de 18HP, na comunidade São João Batista (Boto), anexo um baixo assinado dos moradores; Requerimento de dez vereadores, solicitando que seja oficiado ao Tribunal de Justiça do estado, requerendo a permanência da magistrada, Senhora Juíza de Direito Dra. Célia Gadotti Betin, na Comarca de Oriximiná, sendo que o pleito em questão representa a necessidade e a vontade dos nossos munícipes. Pareceres nrs. 072 e 009/17, das comissões de Constituição, Justiça e de Economia, favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 081/17, que institui o Código Tributário do Município de Oriximiná, com dezesseis Emendas Modificativas; doze Emendas Aditivas e seis Emendas Supressivas; Ofício nº 337/17, recebido da Promotora de Justiça da Comarca de Oriximiná. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente solicitou anuência do Plenário, para conceder um espaço e receber professores e alunos da escola Santa Maria Goretti, que vão

apresentar o Projeto de Lei denominado Bau da Memória. No que foi concedido. A seguir o Sr. Presidente facultou a palavra a Sra. Mere Lobato, diretora da escola do SAMAGO, que após saudar os presentes, agradeceu o espaço falou do objetivo do Projeto Baú da Memória, dizendo que a finalidade do mesmo é valorizar pessoas que fizeram parte da construção histórica, política, social econômica e cultura de nossa cidade, dando visibilidade ao eternizar seus nomes em ruas, prédios, praças e quadras do município de Oriximiná. Em seguida ocupou a tribuna a aluna Karin, que fez uma ampla explanação sobre o referido projeto, falando da importância do mesmo e os objetivos específicos. Espera contar com o apoio dos vereadores. A professora Mara Lucia Pedrosa, responsável pelo projeto, manifestou sua satisfação de estar neste Poder falando de um projeto de iniciativa dos alunos do Santa Maria Goretti, que considera de suma importância para o nosso município. A seguir o Sr. Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores. Todos os vereadores presentes a sessão, se manifestaram parabenizando os professores e alunos da escola Santa Maria Goretti, pela brilhante iniciativa de apresentarem o Projeto Bau da Memória, que tem como objetivo denominar ruas, prédios, praças de Oriximiná, com nomes de pessoas que muito contribuíram para com nosso município. Ressaltaram ainda que o referido projeto deverá sofrer algumas alterações de acordo com os dispositivos regimentais. Após as considerações finais da direção da escola, o Sr. Presidente deu prosseguimento a sessão facultou a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra a vereadora Josy Seixas, reportou-se sobre o parecer da comissão de constituição e justiça, do qual foi relatora, sobre o Projeto de Lei que Institui o Código tributário de Oriximiná, justificando a necessidade de atualizar o referido código, uma vez que o atual é de 1986. Então é preciso que seja atualizado de acordo com que dispõe o código tributário nacional. Disse ainda que apesar do referido código não ter sido encaminhado a este Poder em tempo hábil, mais as comissões de justiça e economia, tiveram a oportunidade de realizar uma audiência pública, com a sociedade organizada e demais órgãos competentes, onde foi determinado um período, para apresentarem emendas se achassem conveniente, mas infelizmente nenhuma entidade apresentou Emenda. Mas as comissões de constituição e justiça e de economia, após um estudo aprofundado fez várias alterações através de emendas modificativas, aditivas e supressivas, no sentido de ajusta-lo, mas sempre visando o melhor para nossa população. Falou do imposto sobre o abate de animais no matadouro municipal, que ficou de acordo com o atual, assim como todos os títulos, artigos, parágrafos e incisos que se tratava do CADIN, foram suprimidos. Espera contar com o apoio dos nobres vereadores. A seguir fez uso da palavra o vereador Raimundo Tomé, disse que foi relator do Projeto sobre o código tributário do município, pela comissão de economia, onde também apresentou algumas emendas, no sentido de reduzir algumas taxas. Continuando o

orador apresentou um levantamento que fez no portal da transparência, no período de janeiro a agosto de 2016 a receita do município atingiu o montante de R\$- 117.404.367,41, o mesmo período de 2017 foi no valor de R\$ 112.634.251,38, ou seja, teve uma redução da receita este ano de R\$ 4.770.116,03. Quanto a receita tributária no período de janeiro a agosto de 2016 atingiu o montante de R\$ - 9.967.703,59, o mesmo período de 2017, foi de R\$ 13.313.253,72, podemos observar que a receita dos tributos este ano está além da de 2016. Em seguida falou das despesas no mesmo período de 2016 foi no valor de R\$ - 111.037.895,11, em 2017 foi de R\$ 101.537.743,62, ou seja, as despesas este ano estão R\$ 9.500.151,49 a menos do que do ano anterior. Disse ainda que podemos observar que o atual Gestor está enfrentando dificuldade para assumir seus compromissos por conta da dotação orçamentária. Quanto ao código tributário, disse esperar que o mesmo venha melhorar a arrecadação do município. Agora é preciso que o atual Gestor tenha o controle nas despesas, no sentido evitar as desnecessárias como aquisição de grande quantidade de fogos para festa no interior e patrocinar as mesmas. O prefeito deve priorizar o que vem beneficiar a nossa população nas áreas da saúde e da educação. Com a palavra a vereadora Ana Cleyde, disse que participou da audiência pública na discussão do código tributário, onde observou a necessidade de atualizar o mesmo. Parabenizou os relatores das comissões de justiça e economia, pelas emendas apresentadas todas voltadas para o interesse da população e de acordo com a nossa realidade. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente facultou a palavra aos Líderes Partidários, que não a solicitaram. A seguir, o Sr. Presidente interrompeu a sessão para cumprimento do Intervalo Regimental de quinze minutos. Decorrido o tempo regimental, o Sr. Presidente passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando ao 1º Secretário que fizesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, com suas respectivas emendas. Dito Parecer, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o parecer da comissão de economia e suas respectivas emendas. Dito Parecer, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o requerimento das vereadoras Ana Cleyde e Josy Seixas. O vereador Arnaldo Gemaque, solicitou a retirada de sua assinatura do requerimento por entender que ainda não existe nenhum documento solicitando a transferência da Juíza de nossa comarca. O vereador Raimundo Tomé, disse que não assinou o referido requerimento por achar que se trata de poderes independentes, então o Legislativo não deve interferir no judiciário. A vereadora Ana Cleyde agradeceu os dez vereadores que apoiaram o pleito, acrescentando que não se trata de interferir, apenas estão solicitando do tribunal de justiça do estado a permanência da Juíza em nossa cidade, uma vez que a mesma está

fazendo um belíssimo trabalho na comarca local. A vereadora Josy disse que o trabalho não vem interferir no judiciário se trata apenas de um pedido da permanência da juíza em nosso município, não estamos impondo ao tribunal de justiça. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por dez votos a favor e três contra. Votaram contra os vereadores: Raimundo Tomé, Arnaldo Gemaque e Marcelo Augusto. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Francisco Azevedo. Com a palavra a vereadora Ana Cleyde, congratulou-se com o autor, acrescentando que não ver a necessidade de construir mais posto de saúde se não tem mãos de obra para funcionar. Disse ainda que o prefeito tem a intenção de construir uma unidade de saúde na cidade para atender exclusivamente o povo do interior. O vereador Arnaldo Gemaque parabenizou o autor pela iniciativa, agora era preciso averiguar se a comunidade do Boto pertence ao nosso município. A vereadora Josy, disse ser favorável ao requerimento, agora acha não ser viável construir mais posto de saúde e não funcionar, por falta de profissional, assim como o da comunidade do Jauari, portanto não adianta criar expectativa aqueles moradores. O vereador Ivalter Barbosa congratulou-se com o autor, acrescentando ser viável o requerimento, agora se o prefeito vai construir ou não é outra questão. O vereador Francisco Azevedo falou da necessidade do posto de saúde naquela comunidade. Espera que o prefeito atender sua solicitação, que será de suma importância aqueles moradores. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Não havendo nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente convocou os Senhores vereadores, para uma sessão extraordinária a ser realizada quinze minutos após o encerramento desta para deliberação do Código Tributário. Em seguida “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para aproxima terça feira, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário